ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

ATA Nº 3/2013 - SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E TREZE. Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, na sede da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, reuniu a Assembleia Municipal pelas dezassete horas com a seguinte ordem de trabalhos:

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº2/2013

2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3. APRECIAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

4. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/COMUNICAÇÃO PERÍÓDICA

5. REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE

6. PEDIDOS DE ISENÇÃO DE IMT

7. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DA GERÊNCIA DE 2013

8. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

9. APRECIAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA

PÚBLICO

Estavam presentes os senhores:

Presidente: Dr. José António Pereira de Carvalho (PS)

1º Secretário: Jaime Miguel Fernandes Garcia (PS)

2º Secretário: Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata (PS)

Vogais:

Partido Socialista (PS) – Antonino dos Prazeres Antunes, José Rodrigues, Manuel Martins dos Santos, Dr. Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva, Dra. Silvia Maria Nogueira Santos.

Partido Social Democrata (PSD) - Engº José Henriques Antunes, Justino Geraldes, Drª. Maria do Céu Simões Alves, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, Pedro Miguel da Conceição Agostinho, Victor Manuel Nogueira Dias.

Coligação Democrática Unitária (CDU) - Ana Cristina Garcia Cunha e Santos

Presidentes das Juntas de Freguesia de:
Alvares - Enfº Vítor de Jesus Marques (PS)
Colmeal - Carlos da Conceição de Jesus (PS)
Góis - Alberto Jorge Alves dos Reis (PS)
Vila Nova do Ceira - António José Madeira Gouveia (PSD)

Da Câmara Municipal registou-se a presença da senhora Presidente, Drª. Maria de Lurdes Oliveira Castanheira e dos Vereadores Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Dr. Mário Barata Garcia, Engº Diamantino Jorge Simões Garcia e D. Maria Helena Antunes Barata Moniz.

FALTAS: Casimiro Alves Vicente (PSD).

Antes de dar início à ordem dos trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes, explicando que a presente reunião na sede da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira vem na sequência da Assembleia Municipal ter deliberado a realização da mesma nesta freguesia, para que haja uma maior participação dos munícipes, dando a oportunidade de exporem assuntos que entendam ser importantes para a sua freguesia.

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº2/2013 - O senhor Presidente Assembleia Municipal, informou que o senhor deputado do PS Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva, apresentou um documento à mesa da Assembleia Municipal no qual é apresentado alteração a um período da sua intervenção no ponto 7. RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2012, por ser seu entendimento que o mesmo não estaria perceptível, tendo a mesa da Assembleia Municipal sido unânime na sua alteração, dando conhecimento do mesmo. De seguida, deu a palavra aos membros dos Grupos Municipais para se pronunciarem relativamente à Ata nº2/2013.

Usou da palavra a senhora deputada Maria do Céu Simões Alves, que após cumprimentar os presentes e congratular-se pela descentralização da presente reunião, teceu alguns considerandos sobre o texto modificado na intervenção do senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva.
O senhor Presidente da Assembleia Municipal, relembrou que as mudanças que o referido período sofreu foram única e simplesmente relativas à redação das frases.
Posta à votação a Ata nº2/2013 foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor e quatro abstenções.

2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento aos presentes da correspondência remetida a este órgão desde a reunião de 29.04.2013 até à presente data.
O senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a atribuição de Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Dr. José Domingos de Ascensão Cabeças, pelo reconhecimento dos serviços prestados ao Município de Góis, no exercício das suas funções como Autarca, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Góis e de Presidente da Câmara Municipal de Góis, manifestando à família a total solidariedade e profundo pesar pela sua irreparável perda.
Posto à votação o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade, do qual será dado conhecimento à família.

3. APRECIAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - Relativamente a este ponto o senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a seguinte declaração:"Exmas. Senhoras e Senhores Deputados Municipais do Concelho de Góis; Exma. Senhora Presidente; Exmo Senhor Vice-Presidente, Exma. Senhora Vereadora e Senhores Vereadores e Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho de Góis. Sendo esta a penúltima sessão desta Assembleia Municipal - salvo situação anómala que obrigue a plenário extraordinário, entendo por bem fazer uma pequena súmula do trabalho efetuado por este órgão autárquico ao longo destes quase quatro últimos anos.

Entendo também ser este o momento adequado, porquanto, segundo o disposto em termos legais, a última sessão desta assembleia virá a verificar-se em Setembro próximo, correndo-se o risco de coincidir com período de campanha eleitoral, atendendo a que as eleições autárquicas, como é do conhecimento geral, foram marcadas para o dia 29 daquele mês, o que poderia erradamente ser interpretado por todos aqueles que oportunamente se irão submeter a sufrágio, como uma manobra eleitoral de favorecimento pessoal ou de outrem, o que manifestamente não será o caso.

Foram quatro anos em que os membros dos três Partidos democraticamente eleitos, respetivamente Partido Socialista (PS), Partido Social Democrata (PSD) e Coligação Democrática Unitária (CDU), com base nos seus ideais, nos seus programas, nos apresentaram propostas, discutiram problemas, solicitaram às mais variadas entidades os esclarecimentos que entenderam que lhes eram devidos, sempre de maneira cordata e através dos canais apropriados, debatendo as situações, por vezes em termos acalorados, mas sempre dentro do respeito que é devido ao seu opositor, tendo em vista o superior interesse do concelho de Góis e dos seus habitantes, ou seja, daqueles que em nós votaram.

Ao longo dos tempos porém, nunca foi esquecido que somos todos cidadãos do mesmo concelho, da mesma região, do mesmo país, razão pela qual muitos dos problemas aflorados e discutidos foram coincidentes, por serem pertinentes, ainda que com propostas de resolução diferentes, o que é salutar em democracia.

Para tal, contribuiu a total abertura para devida nota das situações reportadas ou para solicitados esclarecimentos, verificada pela Senhora Presidente, Vice-Presidente e Vereador eleitos pelo Partido Socialista, bem como pelos outros dois outros vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata, sabendo-se que por lei, em sede de Assembleia Municipal só pode intervir o, neste caso "a" Presidente de Câmara, e só em termos específicos e definidos no Regulamento os outros membros se podem manifestar, facto que ao longo destes quase quatro anos algumas vezes se verificou, quer para prestação de esclarecimentos dirigidos ao político em causa, eventualmente em defesa da honra, tendo-se verificado até

esclarecimentos por parte de funcionários autárquicos qualificados quando as situações exigiam uma resposta mais específica e técnica.

De igual modo realço a compreensão e colaboração, em momentos por vezes difíceis, de todas as Assembleias e Juntas de Freguesia do concelho, para com esta Assembleia Municipal, agradecendo assim aos senhores Presidentes das ainda cinco freguesias, que transmitam nas suas reuniões o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol das suas populações.

Por estes factos estou grato a todos os presentes por, com as suas intervenções, terem dignificado esta assembleia, o mesmo será dizer, que dignificaram o concelho de Góis, sendo com orgulho, pondo de lado falsas modéstias, que constato, com base em informações ou conversas com líderes dos partidos aqui presentes - cujo comportamento e condução dos trabalhos das suas bancadas ao longo destes anos convém realçar -, bem como na comunicação social, que sempre nos acompanhou, serem as nossas reuniões um exemplo a seguir.

Vai terminar o mandato e, possivelmente, alguns dos presentes, pelos mais variados motivos, seguirão os seus caminhos, não sem antes de vos dizer que foi para mim uma honra e um privilégio estar na coordenação/orientação dos trabalhos como Presidente da Mesa da Assembleia Municipal do Concelho de Góis, com a colaboração que se tornou imprescindível do senhor primeiro secretário e da senhora segunda secretária, sem esquecer o pessoal de apoio à Assembleia no que concerne a toda a burocracia em geral, desde o secretariado até ao mais recôndito funcionário, que possibilitaram o normal andamento dos serviços, o cumprimento dos prazos, o apoio ao próprio Presidente.

A todas e a todos (e aqui incluo todos os membros do executivo e respetivo "staff" da CMG) as minhas desculpas, se por vezes fui legalista demais ou impus ordem em termos inadequados, mas, acreditem, tive sempre em vista o bom andamento dos trabalhos, a resolução dos problemas em tempo útil, nunca tendo até à data sonegado deliberadamente qualquer documento à assembleia que julgasse poder vir a ser útil, ou deixado quaisquer questões sem resposta.

Uma mágoa porém ficará comigo para sempre por ter presidido à Assembleia Municipal do Concelho de Góis no mandato que, por imposição governamental, por decreto, se verificou a fusão de duas freguesias (Cadafaz e Colmeal), facto que infelizmente ficará para a história, restando-me a consolação de ter a consciência tranquila por julgar – quase ter a certeza -, de tudo termos feito – todos os partidos aqui representados, sem exceção – para evitar tal desfecho, o que não foi conseguido, à semelhança do que aconteceu por todo o país, não se sabendo ainda hoje, por falta de regulamentação esclarecedora, como será o futuro próximo, sendo certo que o interior por este caminho ficará cada vez mais abandonado à sua sorte, por vezes já tão madrasta.

Foi o mandato em que assistimos, para além da citada fusão das freguesias, ao encerramento de serviços básicos nomeadamente ligados ao ensino e à saúde, que, pese embora promessas governamentais reiteradas e esforços empreendidos, louvando as intervenções verificadas por alguns dos senhores deputados junto das entidades competentes, quer em Coimbra, quer em Lisboa, ou em Góis, de que sou testemunha, estou ciente de que não voltarão a funcionar, esquecendo os nossos governantes que uma das nossas grandes e principais preocupações não será o dinheiro – que deverá obviamente ser bem aplicado – mas sim as pessoas, os nossos jovens, os nossos idosos, todos aqui residentes ou de algum modo ligados ao nosso concelho, numa época de crise económica e social nunca vista pela presente geração a nível nacional e mundial, que não pode, não deve, ser ocultada.

Termino, a todos relembrando que o documento que acabei de ler ocorre neste momento por entender que fazê-lo junto às próximas eleições não seria o mais correto, mas compreendam que esta era a minha obrigação, pelo que, a todos, executivos da CM, senhores deputados, senhores presidentes de Juntas, muito obrigado por terem permitido chegar ao fim deste mandato e ser possível ler estas linhas. Exorto-vos a continuar a trabalhar como sempre, com fé, honestidade e esperança num futuro melhor, parafraseando e adaptando uma frase célebre de um presidente norte-americano, perguntando o que podemos

fazer pelo concelho de Góis e não o que o concelho de Góis pode fazer por nós."

Após a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra o senhor deputado António Madeira Gouveia, prevalecendo-se da oportunidade para em nome da freguesia de Vila Nova do Ceira agradecer a disponibilidade da Assembleia Municipal em realizar esta reunião na freguesia que preside, dando a oportunidade a todos os Varzeenses de poderem participar na mesma. De igual modo, agradeceu à Assembleia Municipal e ao Executivo o modo cordial como se têm pautado as reuniões de ambos os órgãos.

Interveio a senhora deputada Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata que após cumprimentar os presentes, propôs que a Assembleia Municipal delibere a atribuição de um Voto de Louvor a todas as Marchas Populares do Concelho de Góis, extensivo a todos os marchantes, ensaiadores e dirigentes associativos que em regime voluntário e solidário o fizeram simplesmente por orgulho bairrista, manifestando o seu agradecimento e felicitações, pelo brilhante espetáculo que se proporcionou na Vila de Góis no dia 22.06.2013.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade anuir à proposta de Voto de Louvor apresentada pela senhora deputada Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata.

A senhora deputada Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata prevaleceu-se da oportunidade para agradecer de igual modo a todas as Instituições de direito público e privado e à sociedade civil em geral, pelo apoio e colaboração às Marchas Populares 2013.

Continuou a sua intervenção, congratulando-se pelos galardões atribuídos à Praia Fluvial de Peneda/Pêgo Escuro, nomeadamente a Bandeira Azul e la Medalha de Ouro atribuída pela Quercus, bem como aos restantes galardões anteriormente atribuídos a esta Praia e à Praia Fluvial das Canaveias em Vila Nova do Ceira, sendo motivo de orgulho para todos os goienses. Agradeceu à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia pelo trabalho desenvolvido para que as Praias Fluviais concelhias sejam dignas de tais distinções e propicias à prática do lazer a todos quanto nos visitam.

Usou da palavra o senhor deputado Pedro Miguel da Conceição Agostinho, que após cumprimentar os presentes, prevaleceu-se da oportunidade para, em nome do Grupo Municipal do PSD, agradecer o facto da presente reunião ser realizada na sede da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, dando a oportunidade aos Varzeenses de interagirem na mesma. De seguida, fez uma breve resenha da história da freguesia nomeadamente no que concerne às principais fontes de riqueza da freguesia, a floresta e a agricultura.

De seguida, fez uma explanação relativa ao complexo turístico instalado no Cerro da Nª. Srª. da Candosa, nomeadamente a questão da morosidade da legalização deste projeto, o qual na sua opinião merecia um olhar diferente, porquanto se trata de uma infraestrutura hoteleira que poderia ter um outro tipo de rentabilização.

De igual modo, fez referência à atribuição da bandeira azul à Praia Fluvial da Peneda/Pêgo Escuro, congratulando-se por tal galardão, o qual não é apenas a atribuição de um símbolo, mas sim a recompensa de um trabalho em prol da promoção deste território, sendo seu entendimento que o mesmo deveria ser extensivo a outras Praias concelhias.

O senhor deputado fez ainda alusão à visita realizada no dia 07.05.2013 ao concelho pelos membros da Administração Regional Saúde do Centro e uma comitiva concelhia, tendo dado conhecimento dos locais visitados e das diretrizes que irão ser tomadas relativamente às questões que foram sendo abordadas na perspectiva de melhorar a prestação de cuidados de saúde no concelho. Lamentou o facto, dos senhores líderes de bancada do PS e CDU não terem participado nesta visita. Referiu ainda, a notícia publicada no jornal a Comarca de Arganil alusiva às comemorações do 25 de abril, lamentando o facto de não ter sido feita alusão às intervenções dos líderes de bancada com assento na Assembleia Municipal. Mais referiu, que apesar de enaltecer a homenagem feita à Câmara Municipal por parte da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis, é um facto que deveriam ter citado todos os Presidentes de Câmara que ao longo dos anos têm dado o seu contributo a esta Instituição.

Interveio a senhora deputada Ana Cristina Garcia da Santos que após ter cumprimentado os presentes, referiu que a CDU congratula-se pela descentralização das reuniões da Assembleia Municipal, revelando uma relação de proximidade às populações dos órgãos políticos do Município, numa tentativa de chamar a si quem os elegeu. Com esta metodologia as populações poderão assistir a um debate sobre os problemas, as obras, dificuldades e outras questões por elas sentidas e no período reservado ao público poderão usar da palavra, dando o seu contributo e apresentando assuntos que achem ser do interesse para o concelho, pelo que considera ser um privilégio como eleita pela CDU estar presente nesta reunião.

Continuou, referindo que o que está a acontecer no nosso país é sentido por todos e de uma maneira especial pelas populações do interior do país, onde estamos incluídos, pelos trabalhadores, pelos desempregados (que estão quase a atingir um milhão) pelos idosos, pelos pensionistas e pelos jovens que também no nosso concelho têm sido obrigados a partir para o estrangeiro fazendo lembrar o grande surto de emigração dos anos 60. As pequenas empresas não conseguem-se manter-se, não há investimento, apesar das pseudo-ajudas que o governo tanto apregoa. Por arrasto os seus trabalhadores são muitas vezes confrontados com salários em atraso com todas as consequências que daí advêm. Referiu, que sendo um dos direitos fundamentais, o direito à saúde com dignidade, nutre um sentimento revolta, que deve ser partilhado por muitos, relativamente ao mau estado que se encontra a extensão do Centro de Saúde de Vila Nova do Ceira, fruto do desprezo a que esta população foi votada pelo governo.

Mais referiu, que com o corte de verbas para as Autarquias também estas têm grandes dificuldades, sendo necessário que as decisões políticas sejam tomadas sabendo estabelecer prioridades e distribuir por todo o concelho a ajuda possível.

Referiu ainda que a 29 de setembro a população do concelho de Góis vai ser chamada mais uma vez a escolher as pessoas que terão como obrigação e dever sagrados, pois assumem os cargos sob juramento, defender os interesses do povo de todo o concelho. Há que ver o que está feito, o que deveria ter sido

feito e o que ainda há para fazer. As populações têm nas suas mãos desde 25.04.1974 uma arma poderosa, o direito ao voto, à livre escolha. As populações são verdadeiros juízes, esperemos que a sua justiça seja bem mais justa do que a que existe no sistema judicial do nosso país.

A senhora deputada terminou, referindo que tendo sido eleita pela CDU, situação que não acontecia no concelho há mais de 20 anos, foi com grande orgulho que assumiu as funções, foi uma situação nova para si o exercício da vida política ativa, dada a inexperiência talvez não tenha desempenhado brilhantemente esta sua tarefa, tendo consciência que sempre esteve do lado dos interesses do povo deste concelho, aliás foi esse o objetivo da sua candidatura. Referiu ainda, que a experiência foi positiva na sua generalidade, tendo havido situações em que a desilusão surgiu. No entanto, é sua opinião que esta Assembleia cumpriu o seu papel com empenho, respeito e dedicação. Por último agradeceu a todos.

Usou da palavra o senhor deputado José Rodrigues, que após cumprimentar os presentes, como membro da Assembleia Municipal e Varzeense congratulou-se, pelo facto da presente reunião estar a decorrer na sede da freguesia de Vila Nova do Ceira.

Interveio o senhor deputado José Henriques Antunes, que iniciou o seu discurso congratulando-se pelo facto da Assembleia Municipal estar decorrer na freguesia de Vila Nova do Ceira, agradecendo a presença do público nesta reunião. Continuou, referindo que na última reunião deste órgão questionou sobre a derrocada de barreiras na localidade de Monteira, pelo que tendo a senhora Presidente dado a devida resposta, solicitou qual o ponto de situação relativamente às diligências que foram tomadas para colmatar a situação por si apresentada. Por último, dirigiu felicitações aos jovens de Góis que estiveram presentes no seminário "Energias Renováveis em Góis, que futuro" realizado no dia 1 de junho, no Auditório da Casa do Concelho de Góis, dando ênfase para que o Município de Góis continue a apostar nos jovens do concelho.

Usou da palavra o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva, que após saudar os Varzeenses, agradeceu à Junta de Freguesia pela disponibilização das instalações, considerando a importância de estar junto das

populações e ouvir as suas preocupações, considerando ainda, que poderia haver uma maior interacção do público se os deputados falassem posteriormente às suas intervenções.

Continuou, referindo ser fundamental que no próximo mandato exista uma mudança no regimento, passando as intervenções do público para o início das sessões, considerando ainda que as alterações devem ser alargadas a outros aspectos, como por exemplo o tempo disponível para intervenções.

Seguidamente o senhor deputado fez alusão à Conferência da Serra da Lousã, considerando ser certo que muitas têm sido as iniciativas do município e das organizações, mas sem dúvida que a Conferência da Serra da Lousã foi um marco na história de Góis, pois pela primeira vez se conseguiu juntar todos os principais atores, Presidentes de Câmara da região, da CCDRC, da TCP, do ICNF, da DRCC, das Universidades e de diversas empresas e Instituições, para discutir a Serra da Lousã como um todo. Por ter participado no evento, referiu que gostava publicamente, de destacar o papel de um jovem Luiz Rodolfo Alves dos Conhais, licenciado em Geografia e que conseguiu, apesar da pouca experiência, organizar, liderar e promover uma Conferência de grande nível, mostrando que temos aqui um jovem de grande futuro. Saibamos nós fixá-lo em Góis e será sem dúvida uma mais-valia para o concelho.

Prosseguiu, referindo que sendo esta a última Assembleia Municipal antes da campanha eleitoral para as autárquicas, solicitou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que o deixasse abordar de forma um pouco mais aprofundada este tema. Referiu, que passados 4 anos de mais um mandato de executivo socialista, desta feita liderado por Lurdes Castanheira, temos de fazer um balanço muito positivo: honrámos os compromissos assumidos pelo saudoso José Girão Vitorino, arrumámos a casa e criámos as bases para o desenvolvimento do nosso concelho nos próximos anos. Não fora a meio do mandato, as eleições legislativas antecipadas, a entrada da Troika, a política do corte custe o que custar, o desemprego para tudo e para todos e o convite à emigração por parte da coligação do Governo, o desempenho do nosso executivo seria certamente melhor ainda. Referiu ainda, que o Governo trata as pessoas como números, rácios de uma mera equação matemática.

Continuou, referindo que o executivo socialista da Câmara Municipal de Góis, desde o início, teve um papel de defesa das populações e apoio aos mais carenciados, de apoio às entidades e instituições, sempre de forma transparente e intensa e sempre do lado dos cidadãos. Tivemos no passado muitos projectos aprovados pelos governos centrais socialistas. Avisámos nas últimas eleições do risco para Góis caso ganhasse o PSD a nível nacional. Infelizmente foi o que aconteceu e desde então Góis não tem tido mais nenhum projecto aprovado, público ou privado. Provas disto são a não aprovação das candidaturas do Hotel da Nature Sanus na vila de Góis ou o Projecto Escolhas.

Ainda assim, o executivo socialista tem sabido conduzir e concluir os principais projectos e obras que herdou: Paços do Concelho, Casa Municipal da Cultura, Centro de Referência da Memória Goiense, Campo de Futebol, Centro Educativo de Alvares, Ampliação da EB1 e Jardim de Infância de Góis, as infraestruturas de apoio ao Loural Village, entre outras.

Referiu ainda, de que tem sido um mandato marcado pela reorganização administrativa e funcional, de que temos de destacar os inúmeros regulamentos municipais aprovados e o Balcão Único. O reconhecimento público da excelência executiva no concelho de Góis vem de todos os quadrantes políticos e cívicos, da região e do país. Prova disso é a honra de termos a nossa Presidente com representação na Comissão Política Nacional do Partido Socialista. Por outro lado, a classificação de Góis como o 2º concelho com melhor qualidade de vida na região centro e bem dentro do top 20 nacional é um sinal inquestionável do excelente trabalho exercido pelos executivos socialistas em Góis.

Prosseguiu, referindo de que o Governo da Nação trouxe-nos ainda o encerramento forçado de uma das nossas freguesias de serra, facto com o qual o PS de Góis e Nacional sempre se opôs, bem como o encerramento do SAP do Centro de Saúde em Góis. Faltando ainda mais dois anos de mandato ao Governo, questiona-se sobre o que será que nos vão retirar mais? Correios, finanças, segurança social, tribunais, policiamento? Podemos exigir mais do executivo, senhora Presidente? Sim, podemos e devemos, afirmou. Certamente que o próximo programa autárquico será igualmente forte, inovador e

ambicioso, refletindo o desejo de melhoria das condições de vida dos Goienses. Estas eleições serão marcadas pela diversidade de propostas; é um sinal positivo da democracia Goiense. Faço votos para que a campanha eleitoral corra de forma mais elevada possível. Tenho a certeza que do lado do PS será focada nas propostas que o nosso partido tem para melhorar e intensificar o desenvolvimento de Góis, independentemente de quem sejam os nossos adversários.

Para terminar, solicitou que fosse feito aqui um resumo da visita do Senhor Presidente da ASRC ao concelho de Góis no âmbito do convite do Município de Góis e da Comissão de Acompanhamento do Encerramento Nocturno do SAP. Provavelmente não teremos outra oportunidade de discutir o assunto e gostaria que publicamente ficasse descrito o que aconteceu e o que ficou decidido.

Aproveitou o uso da palavra para informar que na qualidade de responsável pela Comissão de Acompanhamento do Encerramento Nocturno do SAP, irá juntamente com os meus colegas de bancada da CDU e do PSD elaborar um relatório e enviar ao executivo e ao Presidente da Assembleia Municipal para memória futura do trabalho realizado.

Por último, endereçou uma saudação ao executivo socialista da Câmara Municipal de Góis, na pessoa da Senhora Presidente, por todo o trabalho realizado no atual mandato e exortar que continue até Setembro a dignificar o concelho de Góis com o seu desempenho, defendendo os interesses dos Goienses e comece a preparar o próximo quadro comunitário de apoio 2014-2020, desenvolvendo o emprego, a economia, o ambiente, a floresta e o turismo.

Interveio o senhor deputado António Madeira Gouveia agradecendo o trabalho realizado durante este mandato pela Assembleia Municipal, bem como pelo Executivo Municipal. Seguidamente elencou um conjunto de bens necessários na freguesia de Vila Nova do Ceira os quais iriam contribuir significativamente para um melhor bem-estar social da população desta freguesia, nomeadamente a aquisição de um chafariz para a Murtinheira, alguns postes de iluminação pública e a requalificação da rede de abastecimento de água, obra extremamente necessária e há muito prometida.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que os assuntos apresentados pelo senhor deputado devem ser apresentados em sede de reunião de Câmara Municipal. Continuou referindo, que quanto à alteração do Regimento da Assembleia Municipal é um assunto que vem sendo debatido há alguns anos a esta data. Contudo, nunca foi apresentado à mesa da Assembleia qualquer proposta nesse sentido, pelo que estando em final de mandato não fará sentido proceder à sua alteração, ficando o documento sujeito às intervenções que acharem necessárias num próximo mandato.

Usou da palavra o senhor deputado Vítor Jesus Marques que agradeceu ao senhor deputado António Madeira Gouveia, enquanto Presidente da Autarquia de Vila Nova do Ceira por ter proporcionado a realização da reunião na sua sede de freguesia. Prevaleceu-se da oportunidade para agradecer à Câmara Municipal todos os trabalhos realizados na freguesia de Alvares.

Interveio o senhor deputado Carlos Conceição Jesus, que após cumprimentar os presentes, referiu que estar convicto que enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal fez tudo quanto esteve ao seu alcance para promover o bem-estar social da sua população. Quanto à questão da reforma territorial administrativa, referiu que não se trata de um processo encerrado, pelo que irá continuar a pugnar para que este processo tenha o melhor desfecho a bem das populações, sendo sua convicção que algum dia as freguesias serão novamente entregues às suas populações.

Interveio o senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia que após cumprimentar os presentes, congratulou-se pela descentralização das reuniões da Assembleia Municipal, uma vez que se trata de uma oportunidade para promoção do contato com as populações, numa ótica de cidadania ativa, sendo de igual modo uma oportunidade para os munícipes Varzeenses apresentarem sugestões e questionarem sobre assuntos do interesse para a sua freguesia. De seguida, fez uma breve resenha histórica e das características da freguesia, elencando as infraestruturas e associações existentes bem como algumas atividades profissionais, realçando o forte dinamismo nas pessoas e empresários desta freguesia, sendo fontes geradoras de empregabilidade e de riqueza para a economia local.

De seguida, o senhor deputado fez alusão àquilo que é a Lei dos Compromissos e às dificuldades que a mesma veio trazer em termos de disponibilidade de verbas para promover as obras necessárias, estando seriamente condicionada a capacidade de investimento do Município.

Congratulou-se pela Universidade de Coimbra e a própria cidade pelo honroso reconhecimento como património mundial da UNESCO, considerando que é toda a região que ganha notoriedade. Congratulou-se ainda, pelo galardão atribuído recentemente pela QUERCUS à Praia Fluvial da Peneda/Pego Escuro – Bandeira de Ouro, contando esta Praia com outras duas distinções - a Bandeira Azul e Bandeira de Praia Acessível, tal como a das Canaveias, pelo que será de todo importante que o Município pugne pela continuidade da qualidade nestas duas praias. Por último, referiu que se aproxima o período eleitoral para as próximas autárquicas, desejando a campanha prime pela apresentação de projetos inovadores e estruturantes para o concelho e não pelo confronto de pessoas.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente.

A senhora Presidente após cumprimentar todos, informou o senhor líder da bancada do PSD que no próximo dia 01.07.2013, pelas 10.00 horas, irão ser hasteadas três bandeiras na Praia Fluvial da Peneda/Pêgo Escuro, convidando os presentes a associarem-se a esta iniciativa. Quanto à questão colocada pelo senhor deputado José Henriques, relativa à derrocada em Monteira, informou que o Município solicitou a uma empresa especialista na área que apresentasse um estudo sobre o assunto, bem como qual seria a metodologia a utilizar a fim de se resolver definitivamente esta situação.

Relativamente à requalificação da rede de abastecimento de água à freguesia de Vila Nova do Ceira, referiu que se trata de um assunto bastante antigo, não sendo um problema que surgisse durante o presente mandato. Lembrou, que foi um dos compromissos por si assumidos, e que fará de tudo para que o mesmo seja cumprido, relembrando que a requalificação da rede de abastecimento de água foi uma das obras eleitas como prioritária, informando que foi lançado concurso público para a realização da primeira fase deste investimento, que

atualmente já se encontra devidamente adjudicado, tendo dado conhecimento da metodologia que irá ser levada a efeito.

Mais referiu que se o Município está a retardar a obra, não será certamente para prejudicar os Varzeenses, pois se alguma vez foram prejudicados, não foi seguramente neste mandato, referindo ainda, que a obra atrasou por duas razões: primeiro, porque recentemente a Praia Fluvial da Peneda/Pêgo Escuro foi alvo de atribuição de três galardões, o que em época estival vem condicionar o início da captação de água neste espaço, tendo a Câmara que optar por uma outra metodologia, a qual se consubstancia de primeiramente serem realizados os trabalhos da construção da estação elevatória; e em segundo, informou que dado que o *timing* para consignação desta primeira fase, que é ligada à construção da estação elevatória e abertura de valas, são apenas 30 dias, se fosse celebrado contrato no princípio de agosto com a empresa adjudicatária no início de setembro a obra estaria concluída. Relembrou ainda que toda esta obra será feita com o orçamento municipal, uma vez que o Município não teve qualquer encaixe financeiro e está legalmente impedido de recorrer ao crédito bancário.

Ainda, sobre a requalificação do abastecimento de água a Vila Nova do Ceira, relembrou que esta obra veio patente em vários manifestos eleitorais, sendo seu desejo em nome do PS e dos anteriores Presidentes de Câmara, cumprir antes de 29.09.13 com aquilo que foi este compromisso.

Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado António Gouveia, relativa ao chafariz na zona de Murtinheira, referiu que na sua ótica deverá ser um assunto que poderá ser perfeitamente resolvido pela própria Junta de Freguesia. Referiu ainda, que quanto aos postes de rede de iluminação pública já foi reiterado o pedido junto à EDP. Mais referiu, partilhar da convicção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal, crê que algumas freguesias algum dia possam vir a ser devolvidas às populações.

A senhora Presidente terminou a sua intervenção agradecendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia pelo acolhimento na sede da freguesia que superiormente preside.

4. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/COMUNICAÇÃO PERÍÓDICA - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da deliberação do Executivo de 11.06.2013 relativa à comunicação periódica da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso/Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais.

5. REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE – Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 11.06.2013, relativa ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Câmara deliberou por unanimidade emitir parecer favorável ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude. Informou ainda, que em conformidade com a alínea a) do nº2 do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, alterada pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007 de 31 de dezembro e pela Lei Orgânica nº1/2011, de 30 de novembro, a Câmara deliberou por unanimidade remeter o presente assunto à Assembleia Municipal para deliberação. Mais informou, que a Câmara deliberou ainda por unanimidade que após aprovação, seja o mesmo sujeito a publicitação de acordo com a legislação em vigor.

Interveio o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva, congratulando-se pela iniciativa do município que vem colmatar a regulamentação numa área muito importante para o desenvolvimento do concelho e equiparar o município a outros que dispõem já deste tipo de órgão – Conselho Municipal de Juventude. Sobre este assunto, em primeiro lugar mencionou que relativamente à consulta pública deste tipo de documentos, a mesma deveria ser publicitada de outra forma. Como cidadão e elemento da Assembleia Municipal referiu não ter tido conhecimento do período de discussão pública, mas teria tido muito interesse em participar. Referiu ainda, que publicitação das consultas públicas ocorre apenas no site da Câmara e nos editais, mas a verdade é que esses canais não são suficientes. Propôs que futuramente, e à semelhança do que já foi feito com outros diplomas, fosse enviada informação sobre as propostas de regulamento sujeitas a consulta

pública aos autarcas eleitos das Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal. Por outro lado, pensa que teria sido interessante escutar a sensibilidade deste regulamento junto das associações juvenis antes da aprovação.

Sobre o regulamento, referiu estar muito bem elaborado, aliás como todos os documentos que têm sido apresentados nesta Assembleia Municipal. É de facto muito importante estimular a participação cívica dos jovens nas mais diferentes áreas: cultural, social, desportiva, recreativa, religiosa, mas também fomentar o empreendedorismo, a cultura da inovação e da qualidade e a motivação para a mudança de atitudes, a tolerância, a paz e a fraternidade, a defesa do ambiente e dos valores tradicionais, entre outros valores.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com dezassete votos a favor e duas abstenções dos senhores deputados do PSD Justino Geraldes e Victor Manuel Nogueira Dias, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Juventude.

6. PEDIDOS DE ISENÇÃO DE IMT - Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 28.05.2013, relativa aos pedidos de isenção de IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, requeridos pelas empresas Vicente & Vicente – Industria de Iluminação e Decoração, Lda e Celso Fernando Dias Ventura, Empreiteiro da Construção Civil e Obras Públicas.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que:

a) A Câmara deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à isenção de IMT à empresa Vicente & Vicente – Indústria de Iluminação e Decoração, Lda, pela aquisição do Lote nº 1 do Pólo Industrial de Góis, o qual se destina a fins industriais;

b) A Câmara deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à isenção de IMT a Celso Fernando Dias Ventura, Empreiteiro de Construção Civil e Obras Públicas, pela aquisição do Lote nº3 – fracção C do Pólo Industrial de Góis, prédio que se destina a fins industriais.

Interveio o senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia que referiu comungar da posição do Executivo, que prescinde de uma receita, a fim de

promover a fixação de empresas no concelho, custo que deveria ser acarretado pelo Governo numa ótica de incentivo à fixação de empresas no interior do país.
Interveio o senhor deputado Pedro Miguel da Conceição Agostinho referindo concordar com a posição tomada pelo Executivo, sendo que deixa de arrecadar receita em prol do desenvolvimento e da manutenção das empresas radicadas no concelho, pelo que considera uma atitude positiva.
Interveio o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva, referindo concordar com a proposta da isenção do IMT à empresa Vicente & Vicente e ao empresário em nome individual Celso Fernando Dias Ventura. Aliás congratulou-se pela coragem dos empreendedores que em tempo de crise, resolvem investir no concelho e criar riqueza e emprego. Embora, este é mais um exemplo das decisões que o Governo Central toma de isentar taxas que são receita municipal. Penso que deveria ser o Governo Central a abdicar de receita própria em prol do desenvolvimento do Interior e não o município de Góis. Este é mais um exemplo das acções imateriais que o executivo teve e tem de responder ao longo do mandato e que impediu que todos os pontos do seu programa autárquico fossem cumpridos, mas serão certamente até final do mandato. O que é bom senso é o reconhecimento da oposição que tudo foi feito, só faltou pelos vistos, o projecto de abastecimento de água à freguesia de Vila Nova do Ceira, pela ausência de observações noutro sentido.
A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade:
a) Isentar de IMT a empresa Vicente & Vicente – Indústria de Iluminação e Decoração, Lda, pela aquisição do Lote nº 1 do Pólo Industrial de Góis, o qual se destina a fins industriais;
b) Isentar de IMT Celso Fernando Dias Ventura, Empreiteiro de Construção Civil e Obras Públicas, pela aquisição do Lote nº3 – fracção C do Pólo Industrial de Góis, prédio que se destina a fins industriais.

7. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DA GERÊNCIA DE 2013 – Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 11.06.2013 relativa à

contratação de serviços para certificação legal de contas e auditoria externa das contas da gerência de 2013.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Câmara de acordo com o previsto no nº2 artigo 48º da LFL deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a nomeação da SROC Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associado, SA, para proceder à certificação legal, apreciação e parecer das contas e auditoria externa da gerência de 2013, e em caso de renovação do contrato, das gerências de 2014 e 2015. Mais informou, que em conformidade com o disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da LCPA, a Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal que autorize a assunção do compromisso plurianual decorrente da presente contratação de serviços.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria com dezassete votos a favor, um contra do senhor deputado do PSD Victor Manuel Nogueira Dias e uma abstenção do senhor deputado do PSD, Pedro Miguel da Conceição Agostinho, que a apresentou verbalmente a seguinte declaração de voto: "*A minha abstenção consubstancia-se pelo facto de ter laços familiares a um dos sócios da SROC Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associado, SA.*"

8. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Em conformidade com o disposto no nº8 do artigo 53º da lei nº169799, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro e pela Lei Orgânica nº1/2011, de 30 de novembro, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com dezoito votos a favor e um contra do senhor deputado do PSD Victor Manuel Nogueira Dias, aprovar a alteração ao orçamento da Assembleia Municipal:

a) Alteração ao Orçamento da Assembleia Municipal, importa 1.200,00€ (mil e duzentos euros) tanto nos reforços como nas anulações.

9. APRECIAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA - Sobre o presente assunto o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos senhores líderes de bancada para se pronunciarem, não tendo estes realizado qualquer intervenção.

Usou da palavra a senhora deputada Maria do Céu Simões Alves referindo que solicitou o uso da palavra em virtude de no decorrer da presente reunião terem sido colocadas algumas questões e tratados assuntos relacionados com a atividade económica da Câmara Municipal, pelo que desejaria intervir no sentido de fazer referência às questões apresentadas pelo senhor deputado António Madeira Gouveia, sendo que no uso da palavra nos assuntos de interesse para o Município foi interrompido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, facto que a leva a demonstrar o seu descontentamento, uma vez que tal como o nome do ponto indica é um momento em que devem ser apresentados pelos deputados assuntos que vão ao encontro dos interesses das populações. Fez ainda, alusão à forma e ao teor como a senhora Presidente abordou a questão relativa à requalificação da rede de abastecimento de água a Vila Nova do Ceira, sendo seu entendimento que poderia ter sido usado um outro tipo de discurso.

APROVAÇÕES EM MINUTA: 5,6,7 e 8

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Dada a palavra ao público usou da palavra o senhor José Carlos Garcia que teceu algumas considerações relativamente aos recursos concelhios nomeadamente em termos da floresta, agricultura e turismo, três sectores que considera deverem ser uma prioridade no concelho. Referiu, que sobre o processo do Complexo Turístico da Candosa há muito se prolonga no tempo, pelo que desejaria que o mesmo fosse tratado com a celeridade que merece.

Sugeriu ainda que a Câmara Municipal deveria repensar a questão da rede de iluminação pública, uma vez que considera que deveria haver uma maior poupança nesta área, por entender ser desnecessário a existência de algumas luminárias.

Seguidamente usou da palavra a senhora D. Almerinda Gonçalves Martins de Almeida manifestando o seu descontentamento pela fraca presença por parte público Varzeense, bem como pela falta de intervenções dos presentes. Referiu, que durante este mandato a freguesia de Vila Nova do Ceira não foi prejudicada, mas também não foi favorecida. Mencionou o facto de algumas placas de localização, terem sido colocadas nos sítios errados, apelando à sua deslocalização para os devidos locais. Fez também observação ao estado do chão do rio, o qual se encontra sujo na zona da Praia das Canaveias. Referiu ainda o estado de degradação em que se encontra a extensão de saúde de Vila Nova do Ceira. Por último, colocou a questão, se o consumidor deixar de efetuar o pagamento do consumo de água, o que poderá eventualmente acontecer.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente de Câmara para se pronunciar sobre as questões colocadas pelos munícipes.

A senhora Presidente referiu que quanto às questões apresentadas pelo senhor José Carlos Garcia que efetivamente o sector da floresta merece um outro olhar, apesar de muito estar a ser feito neste sector. Sobre a questão do Complexo Turístico da Candosa, referiu que se trata de uma infraestrutura propriedade da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, cabendo a esta entidade reunir todos os documentos necessários à sua legalização. Relativamente à poupança com energia, concorda plenamente com a opinião do munícipe.

Quanto à intervenção da senhora D. Almerinda Almeida, referiu que se a munícipe enquanto autarca também cumpriu todas as promessas que tiveram perante o eleitorado. No que concerne, à limpeza do rio na Praia Fluvial de Canaveias, informou que o senhor Vereador Mário Barata Garcia irá averiguar esta questão, a fim de serem dadas as devidas indicações aos serviços. Por último, referiu que a questão da extensão de saúde de Vila Nova do Ceira não é da responsabilidade da Câmara Municipal, contudo referiu que ter já sido dado conhecimento do estado de degradação que se encontra o imóvel, junto da entidade regional competente.

Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia que referiu que quanto ao Complexo da Candosa, já foram dadas indicações para que a Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira e os concessionários reunissem os requisitos necessários a fim do projeto ser viabilizado. Quanto à colocação de placas de localização, referiu que se reconhecer que as mesmas não foram colocadas no lugar certo, serão dadas indicações aos serviços para que procedam à sua alteração. Relativamente à floresta concelhia, reconheceu o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Cooperativa de Vila Nova do Ceira, Associação Florestal de Góis e pelo Gabinete Técnico Florestal. Contudo, é seu entendimento que se trata de uma fonte de riqueza existente no concelho, concordando que é um sector que terá que ter um melhor aproveitamento.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia declarada encerrada a sessão, pelas vinte horas e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta que irá ser assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O Presidente,_____

O Primeiro Secretário,_____

O Segundo Secretário,_____